



Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Sumário Executivo

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS – SEPLAN

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Sumário Executivo

Comitê Interministerial de Governança

Ministro-Chefe da Casa Civil

Eliseu Lemos Padilha

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Esteves Pedro Colnago Junior

Ministro da Fazenda

Eduardo Refinetti Guardia

Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União

Wagner de Campos Rosário

Grupo de Trabalho

Comitê Executivo

Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos

Julio Alexandre Menezes da Silva

Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Dyogo Henrique de Oliveira

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ernesto Lozardo

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Roberto Luís Olinto Ramos

Comitê Técnico

Representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Miguel Crisóstomo Brito Leite

Representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Fernando Pimentel Puga

Representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Sergei Suarez Dillon Soares

Representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rebeca de La Rocque Palis

Barbara Cobo Soares

Grupo de Consolidação

Hébrida Verardo Moreira Fam

Lavinia Barros de Castro

Rafael Luís Giacomini

Rafael Martins Neto

Rodrigo Correa Ramiro

Rodrigo Mendes Leal

SUMÁRIO

Prefácio	5
1 Introdução	7
2 Diretrizes e Bases da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	11
3 Onde Estamos	15
4 Megatendências e Agenda 2030	19
5 Cenário Macroeconômico	22
6 O Caminho até 2031	26
6.1 Desafios e orientações	27
Eixo 1: econômico	28
Eixo 2: institucional	32
Eixo 3: infraestrutura	35
Eixo 4: ambiental	39
Eixo 5: social	41
6.2 Riscos e medidas mitigadoras	47
7 Considerações Finais	49

PREFÁCIO

Este documento apresenta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) para o Brasil para os anos de 2020 a 2031, concebida com o objetivo de *orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual – PPA da União)*. É mais um passo na busca de melhorar a governança para as ações do Estado brasileiro.

Foi construído a partir da convergência de estudos e reflexões de longo prazo publicados por órgãos de pesquisa e planejamento da administração pública federal, de reuniões com os ministérios do governo federal e de consulta pública junto à sociedade e especialistas, colhendo visões diversas e setoriais, com vistas a oferecer um planejamento de longo prazo ao país. A elaboração desse documento também foi influenciada pela Agenda 2030, adotada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), expressa em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrados e indivisíveis, que visam promover de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Ressalte-se que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, sendo que os detalhamentos das políticas públicas deverão ser apresentados nos respectivos planos nacionais, setoriais e regionais e no PPA, conforme demonstrado na *Figura 1*.

FIGURA 1 / Estrutura do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DA ENDES

A Estratégia Nacional reforça a participação social no planejamento público e promove o debate social de grandes temas representados nas diretrizes, megatendências, indicadores, desafios, orientações e riscos presentes no documento com o intuito de promover o desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos.

Para que o processo de participação fosse iniciado, o comitê técnico elaborou uma minuta da Estratégia Nacional, amplamente discutida com os órgãos federais, e desenvolveu um processo que resultou na ampliação do diálogo social e permitiu que a sociedade apresentasse suas recomendações e sugestões visando à construção de um país no qual toda sua população pudesse usufruir de um elevado índice de desenvolvimento humano.

Para dar suporte a esse trabalho, foi desenvolvida uma plataforma on-line na qual o relatório, inicialmente elaborado no âmbito no governo federal, foi colocado à disposição da sociedade para que todos os interessados pudessem dar sugestões para a construção da estratégia. A plataforma esteve disponível pelo link <www.planejamento.gov.br/estrategianacional>, e as contribuições foram registradas de 11 de junho a 24 de agosto de 2018. Paralelamente à abertura do período de recebimento de contribuições pela plataforma on-line, foram promovidos diversos eventos, entre reuniões e seminários, com a participação de conselhos de políticas públicas, organismos internacionais, representantes das classes empresariais e de trabalhadoras e especialistas. Os eventos objetivaram captar contribuições para a Endes e promover a participação da sociedade por meio da plataforma on-line da consulta pública. Como resultado da consulta pública, o conteúdo da minuta da Estratégia Nacional recebeu 3.813 votos de 122 contribuintes, sendo 95,3% destes votos positivos, o que representa uma boa aceitação pelo público geral. A tabela 1 resume o quantitativo das demais formas de contribuição:

TABELA 1

Resumo dos resultados da consulta pública

EIXO	Propostas de adição		Propostas de modificação		Propostas de exclusão		Comentários	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
PARTE GERAL	24	48,0%	24	48,0%	2	4,0%	79	27,8%
ECONÔMICO	31	51,7%	23	38,3%	6	10,0%	66	23,2%
INFRAESTRUTURA	28	60,9%	18	39,1%	0	0,0%	53	18,7%
INSTITUCIONAL	17	30,4%	16	28,6%	23	41,1%	24	8,5%
AMBIENTAL	6	30,0%	14	70,0%	0	0,0%	36	12,7%
SOCIAL	40	64,5%	21	33,9%	1	1,6%	26	9,2%
TOTAL	146	49,7%	116	39,5%	32	10,9%	284	100,0%

1. INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional deve representar o resultado de discussões entre governo e sociedade sobre a direção do desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos, visando alavancar as oportunidades e promover a remoção dos gargalos ao desenvolvimento econômico e social do país. O documento tem como premissa a definição de diretrizes, ideias-força, que devem ser perseguidas no horizonte. Na busca de uma visão estratégica de longo prazo, que perpassará governos diversos, as diretrizes foram propostas com base na CF/1988. Tais preceitos estão sintetizados em seu art. 3º, que declara os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Neste relatório, as diretrizes têm a concretude necessária para guiar a identificação de desafios e orientações que permitam ao país rumar a um futuro desejado. Suas descrições devem ser plausíveis e viáveis, e não apenas a representação de simples vontade ou esperança.

O relatório contempla a identificação da situação atual do país (*Onde estamos*), por meio de um breve diagnóstico elaborado a partir de indicadores, que neste documento denominamos “índices-chave”, e de megatendências mundiais e nacionais que mostram os rumos vislumbrados para os próximos anos (*Megatendências e seus impactos nas políticas públicas*). A junção dos dois, *Onde estamos* e *Megatendências*¹, juntamente com o Cenário macroeconômico, permite a visualização de futuros plausíveis², conforme *figura 2*.

¹ As megatendências são apenas parte das sementes de futuro formadas também pelas incertezas, surpresas inevitáveis e “curingas”. Para o horizonte da Estratégia Nacional, contudo, a opção foi trabalhar apenas com as megatendências.

² Para o aprofundamento do tema, pode ser usada a publicação *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento* (Ipea, 2017).

FIGURA 2 / Situação inercial



Os futuros plausíveis, normalmente, não refletem o preconizado nas *diretrizes*. Dessa forma, para que estas sejam alcançadas, a Estratégia Nacional identifica *desafios* para o Brasil nos próximos doze anos, assim como define as *orientações* que permitirão ao país deslocar-se em direção ao futuro desejado e aponta possíveis *riscos* que podem desviar o Brasil do caminho perseguido (*figura 3*).

FIGURA 3 / Metodologia da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

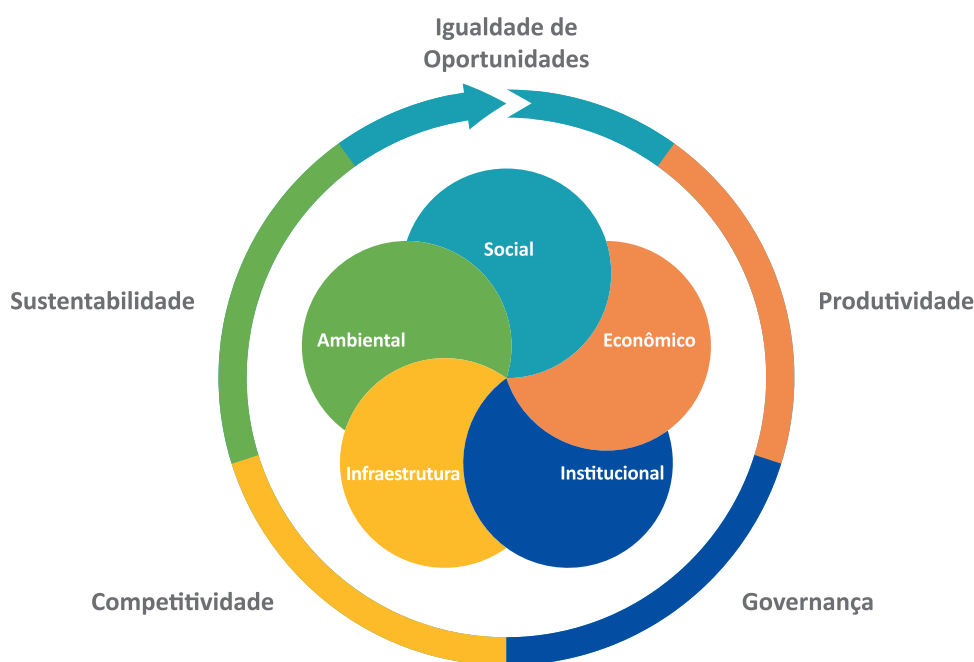


Os desafios expressam o que deve ser feito para retirar o país do caminho do futuro inercial para o rumo desejado. Dessa maneira, indicam um caminho a ser perseguido para que se alcance, ao final do horizonte de doze anos, um país mais próximo ao previsto na CF/1988. As orientações, por sua vez, são o conjunto de ações que devem ser tomadas ao longo do tempo para dar concretude aos desafios. Devem ser capazes, portanto, de mobilizar os atores-chave (instituições públicas, Poder Legislativo, iniciativa privada, investidores, sociedade civil, fontes de cooperação internacional etc.) em prol de uma visão de desenvolvimento para o país.

Por fim, os riscos são eventos cuja possibilidade de ocorrência tem impacto negativo e pode comprometer o alcance do futuro desejado. O risco é medido em termos de sua severidade e probabilidade. A identificação dos principais riscos está acompanhada de ações mitigadoras.

A Estratégia Nacional se organiza por cinco eixos (*figura 4*), que contemplam, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento do país nos próximos doze anos, a saber: **econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social**. Como se nota, as três dimensões do desenvolvimento sustentável, bases da Agenda 2030, estão presentes nos eixos da Estratégia Nacional, com a opção de explicitar como eixos estruturantes as dimensões institucional e de infraestrutura. O eixo *institucional* da estratégia dialoga diretamente com o ODS 17 e com as 43 metas de implementação dos demais ODS, que tratam dos mecanismos institucionais necessários para a implementação dos ODS. O eixo *infraestrutura*, por sua vez, é destacado na Estratégia Nacional devido ao impacto na produtividade e no crescimento, além das graves carências observadas no país. Este eixo é parte integrante da dimensão econômica do desenvolvimento sustentável e possui correlação, por exemplo, com as metas presentes nos ODS 7 (Energia), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 12 (Produção e Consumo Sustentáveis), entre outros.

FIGURA 4 / Eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



2. DIRETRIZES E BASES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



DIRETRIZES E BASES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Desde a promulgação da Constituição, avanços foram obtidos no que se refere aos seus preceitos. No entanto, é consenso que ainda há um longo caminho a percorrer para que a sociedade atinja os patamares pretendidos. Dessa forma, a Estratégia Nacional avalia o que já se conquistou e considera as megatendências para o país, a fim de definir orientações de superação e estabelecer diretrizes de longo prazo.

De forma complementar aos objetivos fundamentais da República, nas últimas décadas, novas agendas ganharam força e estão refletidas nos acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Agenda 2030, que define objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental. Outro importante destaque foi a ratificação do Acordo de Paris, em 2016.

Além do surgimento de novas agendas, outro fator que não pode ser negligenciado é a emergência de uma nova etapa do desenvolvimento humano, que se caracteriza pelo predomínio da informação, da comunicação e do conhecimento na economia e no conjunto das atividades humanas, também chamado de transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

A implementação desta estratégia demanda um avanço gradual e consistente nas áreas social, econômica e ambiental, que possibilite o crescimento sustentável da qualidade de vida e da renda da população. Almeja-se aumentar a renda *per capita*, a expectativa de vida e a qualidade e duração da escolaridade da população, de forma sustentável, situando o Brasil entre os países com desenvolvimento humano muito alto.

Para materializar em números o que se pretende, utilizou-se, no âmbito da Estratégia Nacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³, do PNUD. Atualmente, o Brasil encontra-se classificado como um país de nível alto de desenvolvimento humano. Durante o horizonte desta Estratégia Nacional, pretende-se que o Brasil passe a ser um país de nível muito alto de desenvolvimento humano.

³ Embora esse índice não seja suficiente para caracterizar os múltiplos aspectos do desenvolvimento, é um indicador disseminado que permite comparações internacionais.

Para se tornar um país com nível muito alto de desenvolvimento humano, o Brasil, além de elevar a renda *per capita*, precisa melhorar o acesso e a qualidade aos serviços de saúde, educação e segurança pública e enfrentar um de seus maiores passivos: a elevada desigualdade social e regional.

Todas essas questões, conjuntamente com outras de igual relevância para o desenvolvimento do país, serão tratadas nos cinco eixos sobre os quais o documento está estruturado.

FIGURA 5 / Eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Com relação ao eixo econômico, faz-se necessário que haja um crescimento sustentado e inclusivo, o que só será possível com o aumento da **produtividade** do país. Dentre os fatores que contribuem para o aumento da produtividade estão a promoção da inovação tecnológica, a partir de esforços públicos e privados; o aumento do investimento, especialmente em infraestrutura e educação – que têm retornos sociais e econômicos mais elevados; a capacitação dos trabalhadores e uma maior inserção nos fluxos de comércio e investimento. Ademais, no campo macroeconômico, deve-se salientar que a realização de reformas estruturais e a melhora consistente da situação fiscal são pontos fundamentais para a manutenção da estabilidade macroeconômica no longo prazo

Para isto, o Estado precisa melhorar sua **governança** e buscar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, por meio do fortalecimento do planejamento, da implementação, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas no país, além de implementar ações que visem garantir um ambiente de negócios propício ao empreendedorismo, à inovação e à assunção de riscos de negócio pelos agentes econômicos, com regras claras, burocracia eficiente e com maior segurança jurídica.

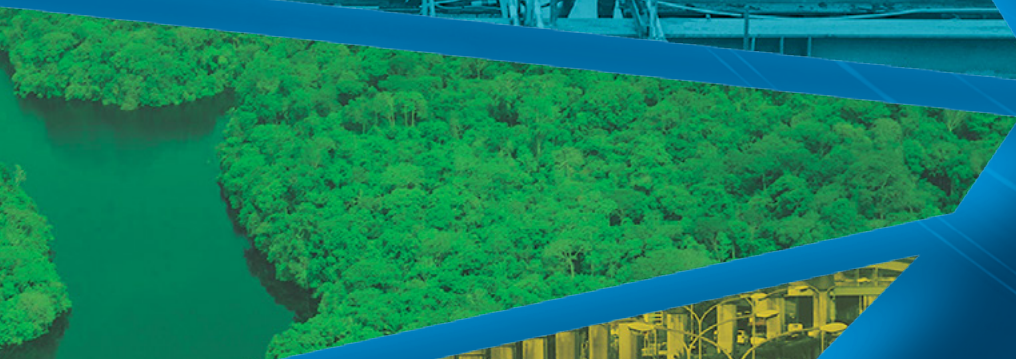
Um ambiente de negócios mais favorável contribuirá para a realização dos investimentos necessários em infraestrutura – historicamente um gargalo para o aumento da **competitividade** do país. O investimento em infraestrutura tende a contribuir com crescimento econômico ao gerar externalidades positivas, pois possibilita a ampliação das bases produtivas do país e da competitividade, reduzindo custos e estimulando inversões no conjunto da economia, ao mesmo tempo que contribui para reduzir as desigualdades regionais e o acesso aos serviços públicos.

As conquistas econômicas e sociais das gerações atuais e a implantação da infraestrutura não podem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, o desenvolvimento tem de observar a **sustentabilidade** ambiental.

Por fim, o planejamento governamental deve ter como fim a melhoria da qualidade de vida da população. Os avanços nos eixos econômico, institucional e infraestrutura podem não ser suficientes para melhorar o padrão de vida de parcela da população brasileira, caso os frutos do crescimento da renda não sejam bem distribuídos e não repercutam na melhoria da qualidade de vida. É primordial a ampliação do acesso a bens e serviços de boa qualidade nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social, buscando **igualdade de oportunidades** a todos os cidadãos. Ainda no que se refere ao bem-estar da população, uma das principais questões é a melhoria da segurança pública.

Destaca-se também que a promoção do bem-estar deve levar em consideração as desigualdades regionais e as intrarregionais presentes no país, assim como as vocações de cada território. As demandas sociais são diferentes entre as regiões, e o provimento de serviços será mais eficiente se consideradas explicitamente essas diferenças.

3. ONDE ESTAMOS



3

ONDE ESTAMOS

O capítulo “Onde estamos” traz um breve diagnóstico do país, elaborado com base em índices-chaves que mensuram, de forma agregada, o desenvolvimento econômico e social, e permitem a comparação internacional.

Visando uma consonância com a diretriz principal da Estratégia Nacional de **eleva a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais**, o IDH foi utilizado como uma medida resumida do progresso a longo prazo por meio de suas três dimensões: renda, saúde e educação. Essas três dimensões, além de outras perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do país e bem-estar da população, são mais detalhadas em cada um dos eixos da Estratégia Nacional e, em conjunto, permitem uma visão mais integral da situação do país, auxiliando na definição de desafios para o longo prazo.

A seguir encontra-se uma tabela resumida dos indicadores selecionados para a Estratégia Nacional (*tabela 2*). A seleção desses índices-chave considerou, entre outros, os seguintes critérios: relacionamento com políticas públicas e com os ODS; comparabilidade internacional; disponibilidade; e possibilidade de desagregação regional e por perfil da população.

É importante destacar que a Estratégia Nacional não traz índices-chave que sejam específicos de determinado setor, uma vez que estes devem ser abordados nos planos setoriais e no PPA, instrumentos mais adequados para trabalhar de forma detalhada os setores. Assim, para cada eixo, foram selecionados índices-chave abrangentes, cuja alteração significativa não depende de intervenções em uma política específica, mas de mudanças estruturais em diversos aspectos socioeconômicos.

TABELA 2

Resumo dos índices-chave da Estratégia Nacional

Geral					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível Valor	Unidade	Ano	Fonte
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	79º/189	0,759	Índice	2015	PNUD

Eixo Econômico					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível Valor	Unidade	Ano	Fonte
Variação real do PIB <i>per capita</i>		0,2	%	2017	IBGE
Variação real da produtividade		-0,2	%	2015	IBGE
Taxa composta da subutilização da força de trabalho		23,9	%	2017	IBGE
Corrente de comércio exterior da economia brasileira		24,1	%	2017	IBGE

Eixo Institucional					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível Valor	Unidade	Ano	Fonte
Índice de Competitividade Global (ICG)	80º/137	4,14	Pontuação de 1-7	2017	Fórum Econômico Mundial
Grau de facilidade de se fazer negócios	125º/190	56,45	Pontuação de 0-100	2018	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Voz e Accountability)		61,58	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Estabilidade Política)		31,43	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Eficácia do Governo)		41,83	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Qualidade Regulatória)		51,44	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Estado de Direito)		43,75	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial
Indicadores de Governança Mundial (Controle da Corrupção)		36,06	Pontuação de 0-100	2017	Banco Mundial

Eixo Infraestrutura					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível Valor	Unidade	Ano	Fonte
Participação das obras de infraestrutura no PIB		2,0	%	2015	IBGE
Índice de Desempenho Logístico	56º/160	2,99	Pontuação de 1-5	2018	Banco Mundial
Porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar		55,4	%	2017	PNADC/IBGE

Eixo Ambiental					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível		Ano	Fonte
		Valor	Unidade		
Intensidade de emissão de gases de efeito estufa		0,16	CO ₂ e kg per capita \$ PIB PPP	2014	Banco Mundial
Variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento para a Amazônia Legal		-12	%	2017	INPE
Variações relativas dos incrementos anuais de desmatamento para o Cerrado		9	%	2017	INPE
Participação de fontes de energia renovável na matriz energética		43,47	%	2016	EPE/MME

Eixo Social					
Índice-chave	Ranking de países	Último valor disponível		Ano	Fonte
		Valor	Unidade		
Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental		74,6	%	2017	PNADC/IBGE
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		5,8	Índice	2017	Inep/MEC
Ideb (Anos Finais do Ensino Fundamental)		4,7	Índice	2017	Inep/MEC
Ideb (Ensino Médio)		3,8	Índice	2017	Inep/MEC
Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)		14,9	Óbitos por mil nascidos vivos	2016	MS
Esperança de vida ao nascer		76,0	Anos	2017	IBGE
Taxa de homicídio		30,4	Homicídios por 100 mil habitantes	2016	MS e IBGE
Índice de Gini		0,549	Índice	2017	PNADC/IBGE
Proporção da população abaixo da linha de pobreza		9,2	%	2016	PNADC/IBGE

4. MEGATENDÊNCIAS E AGENDA 2030



4

MEGATENDÊNCIAS E AGENDA 2030

Para a elaboração desta Estratégia Nacional, devem ser observados os rumos pelos quais o mundo e o país estão sendo direcionados. Como *proxy* destes rumos, este relatório aborda as megatendências mundiais e os acordos internacionais, aqui representados pelos ODS.

As megatendências – fatores de grande probabilidade de ocorrência no desenvolvimento mundial, que já se desenham no presente e, de modo contínuo, apontam para o futuro – devem, necessariamente, ser incluídas quando se pensa o planejamento nacional, haja vista representarem importantes oportunidades ou riscos para a forma como as políticas deverão evoluir.

QUADRO 1

Megatendências por eixos

Eixo econômico

- O crescimento econômico mundial será sustentado pelos países emergentes.
- O setor de serviços ampliará sua participação no PIB mundial.
- As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) continuarão modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, educação, relacionamento pessoal e lazer.
- O desenvolvimento tecnológico multidisciplinar ocorrerá em ritmo cada vez maior e com aplicações tecnológicas cada vez mais integradas.
- A demanda mundial por alimentos continuará em crescimento.
- O crescimento de renda e novas tecnologias “poupadoras” de trabalho permitirão maior tempo de lazer aos trabalhadores.

Eixo institucional

- A responsabilidade fiscal dos governos permanecerá como uma das principais questões de governança global.
- A participação na prestação de serviços públicos por empresas privadas será crescente.
- O empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada será crescente, elevando demandas de ações de prestações de contas e transparência no setor público.
- As tecnologias de informação e comunicação terão usos crescentes na gestão e na prestação dos serviços públicos.
- O mundo será mais multipolarizado e globalizado, com crescimento da importância econômica e geopolítica da Ásia.
- Os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política.
- Haverá crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos estados.
- A reorganização comercial ocorrerá por mega-acordos.

Eixo infraestrutura

- A demanda por energia continuará em crescimento.
- As energias renováveis ficarão mais competitivas e terão maior destaque na expansão da matriz energética.
- A demanda e o acesso à internet e aos serviços de comunicação serão crescentes.
- A demanda de infraestrutura e serviços básicos crescerá com a intensificação da urbanização, da concentração da população, da expansão das cidades médias e do surgimento de megalópoles.
- A utilização de veículos automatizados e de baixa emissão de carbono no transporte coletivo e de carga deverá aumentar.

Eixo ambiental

- A degradação ambiental continuará sendo uma preocupação mundial.
- A demanda por recursos hídricos será crescente.
- A participação de fontes renováveis na matriz energética mundial será ampliada.
- Haverá a manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e o aumento do debate sobre as questões relacionadas às mudanças do clima.
- Ocorrerá o aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento.
- A biotecnologia e, conseqüentemente, a bioeconomia continuarão se desenvolvendo.

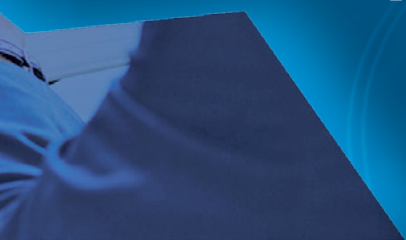
Eixo social

- O crescimento da população se dará em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional.
- A mortalidade infantil deverá manter sua tendência de queda.
- A participação da população em idade ativa (PIA) será reduzida em escala global.
- Os movimentos migratórios se intensificarão.
- A pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis será maior: renda do trabalho e capital; população urbana e rural; capital e regiões; homens e mulheres; raças distintas; e povos indígenas.

Os ODS, por sua vez, fazem parte de um compromisso internacional assinado pelo Brasil em conjunto com 192 países, em setembro de 2015. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada de forma unânime pelos 193 Estados-membros da ONU, em 2015, e define 17 ODS, 169 metas e 244 indicadores a eles associadas. Caracteriza-se como uma oportunidade para a sociedade brasileira de endereçar questões fundamentais ao futuro do país como a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, o acesso à educação de qualidade para todos, a promoção da diversidade, o enfrentamento da mudança do clima e a garantia do trabalho decente. Considerando sua amplitude temática, os ODS são uma boa proxy para os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Como um instrumento do planejamento nacional, com interação com os planos setoriais e regionais, com o PPA, LDO, LOA, a Estratégia Nacional contribui para a internalização e para a implementação da Agenda 2030 Brasil e possui grande convergência com os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tanto na identificação de desafios e ações necessárias para superá-los quanto no seu horizonte temporal.

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO



5 CENÁRIO MACROECONÔMICO

A utilização de cenários macroeconômicos no processo de planejamento não pretende eliminar as incertezas ou prever o futuro com relação ao comportamento da economia, mas permite a definição de diretrizes e orientações mais consistentes com as possíveis trajetórias de desenvolvimento econômico do país. Em uma visão de prazo mais amplo, compatível com o da Estratégia Nacional, o cenário internacional apresenta desafios significativos para a economia brasileira, tendo em vista o aprofundamento do desenvolvimento tecnológico, com disputas comerciais e finanças públicas frágeis em países relevantes. Mas também há aspectos positivos para nossa economia, como o aumento da demanda global por alimentos.

A elaboração do cenário macroeconômico doméstico foi baseada nos “Desafios da Nação”, publicação coordenada pelo IPEA e que contou com a participação de diversos especialistas da sociedade brasileira. Inicialmente, cabe destacar que, para um crescimento sustentável, com retomada dos investimentos e evolução da produtividade, “o país precisa ter um ambiente macroeconômico estável, com políticas monetária e fiscal críveis e sustentáveis” (IPEA, 2018). Dessa forma, não há como pensar em uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do País ao longo dos próximos anos sem a correção de alguns desequilíbrios relevantes nas finanças públicas. Desde 2014, a economia brasileira opera com *deficit* primário. Em 2017, o resultado primário do governo central foi de -1,8% do PIB, e o *deficit* nominal foi de 7% do PIB.

A Estratégia Nacional apresenta *três possíveis cenários* para a evolução da economia brasileira no período 2020-2031, elaborados pelo Ipea como extensão ao documento *Desafios da Nação*. No **cenário de referência** utilizam-se, para o período até 2021, as previsões oficiais do governo para o crescimento do PIB e para as variáveis fiscais. Esse cenário pressupõe uma estabilidade macroeconômica com reformas que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo, permitindo, assim, que o país retomasse uma trajetória de crescimento sustentado. Nesse cenário, porém, não haveria reformas microeconômicas com impactos significativos sobre a produtividade, de modo que o potencial atual de crescimento de longo prazo da economia brasileira permaneceria relativamente inalterado. O PIB *per capita* de 2031 seria 21% maior que o de 2019, o que significa uma taxa média de crescimento de 1,6% ao ano (a.a.) no período. Dado um crescimento populacional de 0,6% a.a., o PIB teria um crescimento médio de cerca de 2,2% a.a. no mesmo período.

Um segundo cenário – **cenário transformador** – considera, além das reformas requeridas para o equilíbrio fiscal de longo prazo, também um conjunto mais amplo de reformas que incentivariam o aumento da produtividade geral da economia (0,5% a.a.); da taxa de investimento, que aumentaria para 19,5% do PIB (sendo que 3,6% do PIB seriam em investimento em infraestrutura); e o avanço mais intenso da escolaridade, e, por conseguinte, do capital humano e da taxa de participação da população em idade ativa. Esse cenário ilustra para a sociedade o potencial de melhora da economia caso se opte por um processo de reformas estruturais mais profundas, que resultaria num crescimento acumulado de 50% do PIB *per capita* até 2031, em relação a 2019, o que significa uma taxa média de crescimento de 3,4% a.a. no período 2020-2031. Dada a expansão populacional projetada pelo IBGE, o crescimento do PIB no período seria de 4% a.a. O PIB *per capita* (em dólares) neste cenário seria superior ao verificado atualmente em países como Argentina, Polônia e Croácia, aproximando-se do patamar atual do Chile e da Hungria.

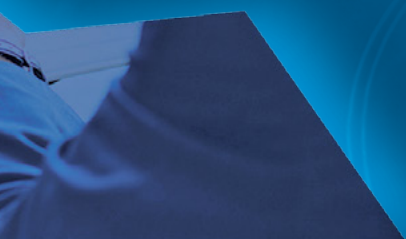
Os cenários de referência e transformador apresentam duas trajetórias possíveis de crescimento, condicionadas à realização das reformas fiscais necessárias para o equilíbrio das contas públicas. Na ausência dessas reformas, porém, nenhum desses cenários parece viável. O já elevado nível da dívida pública, combinado à trajetória de crescimento insustentável de um conjunto de despesas, permitem inferir que, caso as reformas *necessárias não sejam implementadas, a probabilidade de uma crise fiscal e econômica nos próximos anos deverá elevar-se significativamente*.

O *terceiro cenário* desenvolvido para a Estratégia Nacional para a economia brasileira busca justamente avaliar as possíveis consequências de um quadro de desajuste fiscal explosivo. Nesse **cenário de desequilíbrio fiscal**, os arcabouços institucional e econômico seriam mantidos inalterados no curto prazo, sem reformas que permitissem conter a elevação dos gastos públicos obrigatórios, especialmente com transferências de renda. Isso manteria as contas públicas em uma trajetória explosiva, aumentando a desconfiança dos investidores em relação à sustentabilidade da dívida pública, elevando os prêmios de risco requeridos e desencadeando, em algum momento ao longo dos próximos anos, uma crise de confiança que poderia impossibilitar o refinanciamento da dívida.

Evidentemente, a quantificação de um cenário dessa natureza apresenta elevado grau de incerteza. Parece claro, porém, que esse cenário levaria a perda substancial de renda *per capita* relativamente aos cenários anteriores. O PIB *per capita* atingiria, em 2031, valores entre R\$ 41,4 mil, no cenário de referência (com reformas macro que geram o equilíbrio fiscal), e R\$ 51,2 mil, no cenário transformador (com reformas mais amplas). Já no cenário de desequilíbrio fiscal, o PIB *per capita praticamente não se alteraria, aumentando apenas R\$ 49 do valor atual e alcançando R\$ 33,4 mil em 2031*.

Não obstante a grande incerteza sobre os números exatos que poderiam ser verificados em um cenário de crise, esse quadro indica com bastante clareza o elevado custo social de manter inalteradas as regras previdenciárias e não elaborar outras medidas que garantam o equilíbrio fiscal, adiando a resolução do desajuste fiscal até que apenas medidas mais drásticas sejam necessárias.

6. O CAMINHO ATÉ 2031



6 **O CAMINHO ATÉ 2031**

Para que a Estratégia Nacional se concretize, foram traçados desafios e orientações, presentes na primeira parte deste capítulo, para a atuação dos diferentes atores⁴, quais sejam: do setor público, do setor privado, da academia, do terceiro setor, de entidades de pesquisa, entre outros. Estes desafios e orientações trazem uma visão mais estratégica e norteadora para o que precisa ser feito para o alcance das diretrizes da Estratégia Nacional, não mostrando detalhes e orientações específicas, o que deverá ser apresentado, no âmbito federal, pelo conteúdo dos planos nacionais, setoriais e regionais, pelos programas dos PPAs e pelas leis orçamentárias.

Não se pode subestimar, entretanto, a probabilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente a implementação das ações necessárias ao alcance das diretrizes. Para esses eventos, classificados neste documento como riscos, é preciso pensar em ações mitigadoras, visando à elaboração de planos de contingência que minimizem seus efeitos. Dessa maneira, a segunda parte deste capítulo abordará os riscos e suas medidas mitigadoras.

6.1 **DESAFIOS E ORIENTAÇÕES**

Para alcançar a diretriz principal desta estratégia de elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira reduzindo as desigualdades sociais e regionais, foram traçados desafios e orientações.

A seguir são apresentados por Eixo os desafios e as linhas gerais de suas respectivas orientações.

⁴ Conforme Matus (2006), é preciso ter em mente que a ação governamental precisa ser composta por duas faces: na primeira, o governante declara suas próprias ações; na outra, reclama a cooperação de outros atores ou denuncia a sua oposição.

Eixo 1: econômico

Desafio: promover o crescimento do PIB per capita nacional

Para a garantia da estabilidade econômica e da sustentabilidade da trajetória da dívida pública, as orientações são:

- *consolidar o ajuste fiscal de longo prazo que reduza a relação entre dívida pública e PIB e permita a manutenção da estabilidade econômica;*
- *aperfeiçoar a gestão das contas públicas, fundamentada na avaliação, no monitoramento e na qualidade do gasto e no estabelecimento de metas e prioridades;*
- *aprimorar o sistema de planejamento e orçamento públicos, com o objetivo de reduzir a rigidez do orçamento, aumentar a previsibilidade da execução e a transparência dos gastos públicos; e*
- *consolidar o controle da inflação, em linha com o regime de metas, favorecendo o aumento do poder de compra da população.*

Para a realização de reformas estruturais, as orientações são:

- *aperfeiçoar o sistema previdenciário, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social;*
- *aprimorar o sistema tributário brasileiro, com a meta de simplificar a arrecadação, aumentar a progressividade e torná-lo concorrentialmente neutro; e*
- *aperfeiçoar a governança da condução da política monetária, alinhando o país às melhores práticas internacionais.*

Para o aprimoramento, o fortalecimento e a ampliação dos mecanismos de financiamento, as orientações são:

- *reforçar os mecanismos e diversificar as fontes de financiamento do investimento de longo prazo, propiciando a redução dos custos das transações financeiras;*

- *estimular a democratização do crédito por meio do aumento da concorrência e da competitividade do Sistema Financeiro Nacional, do incentivo a novos entrantes, da racionalização das obrigações regulatórias e de boas práticas de governança;*
- *ampliar os produtos financeiros de apoio às startups, com o incremento de recursos para capital semente, incluindo não reembolsáveis, e maior prioridade para fundos de venture capital para inovação;*
- *diversificar as estratégias de captação de recursos nos mercados doméstico e internacional para o mercado de capitais, de títulos, empréstimos, securitização de carteiras, entre outros; e*
- *direcionar o foco da atuação dos bancos de desenvolvimento para projetos e atividades não atendidas de forma adequada pelo mercado, para a transformação da estrutura produtiva e da infraestrutura na direção do aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade, sobretudo em áreas portadoras de inovação.*

Para o aproveitamento das potencialidades regionais, as orientações são:

- *prover melhor infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas, ampliando as oportunidades de investimentos produtivos, permitindo a geração de emprego e renda nessas regiões;*
- *incentivar os investimentos e a implementação de projetos estruturantes em cada estado, de forma a compatibilizar o crescimento do PIB com a redução das desigualdades entre as regiões;*
- *identificar e explorar de maneira sustentável as potencialidades econômicas de cada região, com foco na inovação tecnológica e no adensamento das cadeias produtivas locais;*
- *desenvolver o potencial do turismo no Brasil, por meio da valorização do patrimônio cultural e natural para visitação, do aproveitamento de destinos turísticos inteligentes e da expansão segmentada dos produtos turísticos brasileiros;*
- *aprimorar os mecanismos de financiamento voltados para o desenvolvimento regional; e*
- *fortalecer as cidades médias como âncora da interiorização do desenvolvimento do país, contribuindo para a consolidação de uma rede policêntrica de cidades.*

Desafio: aumentar a produtividade da economia brasileira

Para a ampliação dos esforços em ciência, tecnologia e inovação, as orientações são:

- *aprimorar e ampliar os mecanismos que estimulem a inovação tecnológica nas empresas, aumentando a aplicação de recursos privados em CT&I, de modo a incentivar a agregação de valor;*
- *dinamizar o sistema de propriedade industrial do país para fomentar ativos intangíveis (patentes, marcas, desenhos industriais etc.), com vistas à proteção à propriedade intelectual;*
- *construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado, incentivando a formação de ecossistemas de inovação e sistemas produtivos e inovativos locais e regionais de produção, a partir da identificação das potencialidades regionais;*
- *coordenar e otimizar o investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como orientar suas ações pela busca de resultados mais efetivos para a sociedade;*
- *ampliar os mecanismos de incentivo a ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, de modo a gerar um ecossistema de inovação mais simbiótico e um ambiente de negócios mais empreendedor e dinâmico; e*
- *aprimorar e intensificar o ensino de ciências, tecnologias, engenharia e matemática no Brasil.*

Para o desenvolvimento da economia digital do país, as orientações são:

- *ampliar o acesso da população à internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade;*
- *incentivar o desenvolvimento da economia digital, aumentando o apoio à difusão de tecnologias emergentes (interconectividade, automação, energias, nanotecnologia, novos materiais e biotecnologias, por exemplo) e suas aplicações no país; e*
- *propiciar as condições necessárias para que os setores produtivo e público utilizem dados abertos para a geração de valor econômico, a melhoria dos serviços e a criação de empregos, por meio da análise de dados, big data/analytics, inteligência artificial e outras aplicações tecnológicas.*

Para o adensamento e a integração de cadeias produtivas, as orientações são:

- *criar condições favoráveis para o ganho de produtividade, a redução sistêmica de custos e o adensamento industrial, a fim de que se possa agregar valor à produção e expandir os mercados;*
- *manter a competitividade do agronegócio, observando as questões de sustentabilidade e diversidade regional, buscando agregação de valor e diversificação, a montante e a jusante da cadeia produtiva;*
- *atualizar o arcabouço normativo e fortalecer os segmentos inovadores como possíveis eixos de desenvolvimento, de forma a induzir uma economia baseada em informação, preservando os direitos individuais; e*
- *incentivar ações de agregação de valor no setor de serviços, melhorando a qualidade da força de trabalho, com investimentos na formação do capital humano.*

Desafio: aproveitar o potencial da força de trabalho, aumentando sua qualificação e empregabilidade

Para o aproveitamento da força de trabalho, as orientações são:

- *fortalecer a educação profissional e tecnológica e a educação superior, de forma a aproximá-las às necessidades sociais, regionais e do mercado de trabalho;*
- *ampliar a integração e capilaridade do sistema de emprego, trabalho e renda, em especial da intermediação e da qualificação da mão de obra, tornando-o mais informatizado e dinâmico;*
- *desenvolver estratégias e programas voltados para atrair jovens em situação de risco social e educacional para processos de educação formal e de qualificação para o trabalho;*
- *desenvolver estratégias de redução das desigualdades no mercado de trabalho, em especial a de gênero, considerando a diversidade e as especificidades das mulheres; e*
- *estimular políticas de inclusão produtiva e de qualificação dos trabalhadores mais afetados pela mudança tecnológica, em especial a população idosa, com foco no desenvolvimento de aptidões e adaptação aos novos padrões produtivos.*

Desafio: alcançar uma maior integração econômica regional e global

Para maior participação no fluxo comercial, as orientações são:

- *ampliar as iniciativas de integração econômica e comercial, por meio de acordos bilaterais, regionais e mega-acordos com os principais blocos econômicos;*
- *atuar de forma coordenada na defesa dos interesses comerciais estratégicos do Brasil, com o uso de instrumentos financeiros e diplomáticos;*
- *fortalecer a estratégia de promoção de investimentos diretos estrangeiros, com foco na eficiência produtiva e inserção internacional;*
- *ampliar as pautas de parcerias e cooperação técnica, científica e tecnológica com países desenvolvidos e em desenvolvimento; e*
- *remover os obstáculos à internacionalização de empresas brasileiras.*

Eixo 2: institucional

Desafio: melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e a eficácia das ações de governo

Para o fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, as orientações são:

- *incorporar as práticas de avaliação periódica de eficácia e efetividade das políticas públicas e dos subsídios (benefícios tributários, financeiros e creditícios) ao processo decisório;*
- *estimular a identificação e difusão de boas práticas de governança de programas e instituições públicas;*
- *aperfeiçoar a prestação de serviços ao cidadão, com vistas ao pleno exercício da cidadania, por meio da ampliação do uso de TIC e medidas de desburocratização;*
- *otimizar, integrar e compartilhar estruturas, processos, sistemas, dados e recursos estatais, visando alcançar maior eficiência e a eficácia das ações de governo;*

- *promover a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social existentes;*
- *fortalecer a autonomia e qualificar a atuação das agências reguladoras, sobretudo por meio da adequada avaliação de impacto regulatório;*
- *qualificar as indicações dos dirigentes do setor público, principalmente nas agências reguladoras e nas empresas estatais, por meio de critérios objetivos, transparentes e adequados de seleção;*
- *aperfeiçoar os instrumentos legais de repasse de recursos, de contratação e seleção pública, visando à maior agilidade, qualidade, produtividade, acessibilidade e tempestividade do serviço público;*
- *reforçar o papel dos conselhos nacionais das políticas públicas na promoção de diretrizes setoriais consistentes entre si, com base em estudos e evidências e pautadas pela transparência;*
- *dotar o Estado com modelo de gestão de pessoas focado na produtividade e qualidade de entrega à sociedade, observadas as orientações éticas e legais; e*
- *fortalecer os instrumentos de mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.*

Para a melhoria do pacto federativo, as orientações são:

- *promover o fortalecimento gerencial e administrativo dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, ampliando a autonomia dos entes federados e incrementando seus processos de planejamento e gestão por resultados;*
- *estimular ações de solidariedade regional entre os entes federados;*
- *viabilizar instâncias de negociação permanentes entre os entes federados; e*
- *repactuar mecanismos de coordenação e cooperação federativa que contemplem a divisão das responsabilidades e a cooperação entre os entes na elaboração e execução de políticas públicas.*

Desafio: ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas

Para a melhoria do ambiente de negócios, as orientações são:

- *desburocratizar e digitalizar a abertura e o fechamento de empresas, atos negociais e recolhimentos tributários, visando alinhar os prazos e processos às melhores práticas internacionais;*
- *facilitar o acesso ao crédito, ao mercado de capitais e às compras públicas para as médias, micro e pequenas empresas;*
- *atualizar e aperfeiçoar os marcos regulatórios dos diversos setores, buscando a coerência normativa no arcabouço legal e infralegal, o aumento da segurança jurídica nas relações públicas e privadas e na qualidade dos serviços prestados à sociedade; e*
- *ampliar a cooperação institucional, reduzir custos administrativos e obrigações tributárias acessórias, bem como dar maior agilidade à obtenção de licenças e concessões.*

Desafio: consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional

Para a política externa, as orientações são:

- *atuar nos fóruns internacionais com vistas ao incremento da participação dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional e na mitigação do protecionismo;*
- *desenvolver iniciativas de integração regional, pautando temas de interesse estratégico para a agenda nacional e regional;*
- *intensificar a cooperação fronteiriça e interagências nacionais e internacionais em duas vertentes: i) expansão e integração das infraestruturas logística e energética; e ii) combate ao crime organizado transnacional para assegurar ambiente seguro aos cidadãos brasileiros;*
- *aprofundar o relacionamento com países da Europa e da América do Norte que ocupam posição influente no cenário internacional;*
- *diversificar as parcerias internacionais com os países africanos, asiáticos e do Oriente Médio;*
- *fortalecer a capacidade de defesa nacional por meio do desenvol-*

vimento e difusão de tecnologias críticas, sobretudo dos setores nuclear, aeroespacial e cibernético;

- *promover medidas de resguardo das infraestruturas críticas, das linhas de comércio marítimo, exploração mineral e do espaço aéreo nacional;*
- *aproximar-se, progressiva e gradualmente, de organismos internacionais que contribuam para aumentar a eficiência do Estado brasileiro;*
- *consolidar a presença brasileira na Antártica, de modo a garantir a sua participação no processo de decisão sobre o destino da região; e*
- *incrementar a promoção internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.*

Eixo 3: infraestrutura

Desafio: ampliar os investimentos em infraestrutura

Para o planejamento e a expansão das fontes de financiamento dos investimentos em infraestrutura, as orientações são:

- *melhorar o planejamento e a gestão da infraestrutura pública, com a definição de carteira de projetos prioritários de médio e longo prazo que sejam vetores do desenvolvimento econômico, social e regional, evitando a pulverização dos recursos;*
- *instituir mecanismos de diálogo dos setores envolvidos (órgãos executores, ambientais, de controle, entre outros), de forma a firmar entendimentos prévios que evitem paralisações e atrasos na execução dos empreendimentos;*
- *aprimorar a legislação, os modelos de concessão e a regulação da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura; e*
- *ampliar as oportunidades e dar maior segurança jurídica para a participação do investimento privado (nacional e estrangeiro), reduzindo as necessidades de comprometimento de recursos fiscais.*

Para eficiência e segurança energéticas, as orientações são:

- *fortalecer o planejamento da expansão da infraestrutura de energia e os mecanismos competitivos e regulatórios associados, com foco na eficiência dos investimentos, na qualidade e segurança do suprimento, e na sustentabilidade socioambiental;*
- *viabilizar medidas de eficiência energética nos transportes, na indústria e nas edificações, e em seus respectivos produtos e serviços;*
- *promover a exploração do pré-sal, maximizando o aproveitamento do seu potencial energético e os ganhos econômicos e sociais;*
- *criar condições para acelerar os investimentos em desenvolvimento e adoção de novas tecnologias, bem como o surgimento de modelos de negócios inovadores, que sejam viabilizadores de ganhos sistêmicos para o setor energético e a economia; e*
- *aumentar a participação das fontes renováveis e alternativas na matriz energética, contribuindo para o atingimento da meta brasileira de redução de emissões de GEE, com incentivo à geração distribuída, à eficiência energética e à modernização de ativos existentes.*

Para a modernização dos serviços de telecomunicações, as orientações são:

- *garantir regras e instrumentos para a expansão e acesso da infraestrutura de banda larga em regiões carentes/remotas e naquelas com maior densidade populacional, assegurando padrões de qualidade mínimos compatíveis com as referências internacionais;*
- *estimular o desenvolvimento de novas TICs, com a ampliação da produção científica e tecnológica e a transformação do Brasil de um país usuário para desenvolvedor, gestor e distribuidor de tecnologias digitais, acompanhando a fronteira econômica mundial;*
- *transformar a internet em um ambiente seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos;*
- *reduzir o gap digital entre a população brasileira, em especial no acesso à internet de alta velocidade; e*
- *aperfeiçoar os sistemas de comunicação dos órgãos envolvidos em inteligência e defesa nacional.*

Para a promoção da segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência, as orientações são:

- *discutir o valor da água, de forma a promover o uso racional e os investimentos no setor, sem prejuízo da sua função social;*
- *incentivar o reúso de água nos setores produtivos e na população em geral;*
- *promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio do controle da cobertura vegetal próximas a nascentes e cursos d'água, pela indução de boas práticas de uso da água e do solo, da revitalização de bacias hidrográficas e do gerenciamento efetivo desse recurso natural;*
- *ampliar e difundir o conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as águas superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas; e*
- *ampliar a oferta de água por meio de infraestruturas hídricas que garantam quantidades suficientes para: uso consuntivo, hidrovias e energia.*

Desafio: melhorar o desempenho logístico do país

Para a melhoria da infraestrutura logística, as orientações são:

- *realizar o planejamento sistêmico dos modais de transporte considerando a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do país;*
- *desenvolver os diversos modais de transporte regional de passageiros e cargas, de forma a promover a integração territorial e a intensificação das interações espaciais;*
- *ampliar o uso de modais mais eficientes na matriz de transportes, tais como o ferroviário e o hidroviário (marítimo e fluvial), e incentivar a intermodalidade e a concorrência intramodal e intermodal;*
- *articular o planejamento do setor de transportes com as necessidades dos diversos setores produtivos, de maneira a ofertar uma rede viária ampliada e integrada;*
- *garantir a manutenção e definir estratégia para aumento da eficiência das infraestruturas existentes, de modo a prover a segurança e a adequada mobilidade de pessoas e cargas;*

- *aperfeiçoar os marcos legais transversais, a fim de evitar a dissonância legislativa entre os vários entes públicos, modernizar processos e obter avaliações mais céleres e de maior qualidade; e*
- *estimular a produção e o uso de veículos, equipamentos, soluções logísticas e infraestruturas verdes, mais eficientes e sustentáveis energeticamente.*

Desafio: proporcionar maior bem-estar para a população

Para a melhoria da infraestrutura urbana e rural, as orientações são:

- *induzir as boas práticas de planejamento urbano, com foco no crescimento ordenado e sustentável das cidades, ampliando a acessibilidade das pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida;*
- *fomentar a qualificação da gestão pública e iniciativas e métricas de controle para aumentar a participação social no planejamento urbano;*
- *planejar a infraestrutura urbana considerando as especificidades locais e a complementariedade e sinergia dos investimentos público e privado;*
- *incorporar as novas tecnologias no planejamento urbano, de modo a viabilizar os projetos de cidades inteligentes;*
- *incrementar a capacidade dos entes federativos no planejamento, na estruturação de projetos de infraestrutura e na regulação dos serviços públicos, dando maior segurança para a ampliação da iniciativa privada na prestação dos serviços;*
- *incentivar o investimento em transporte coletivo e intermodal, integrado com o transporte ativo (por exemplo, bicicleta, a pé), melhorando o ambiente urbano e a qualidade de vida da população, em detrimento do transporte individual motorizado;*
- *estimular ações que contribuam para a universalização do saneamento básico urbano, considerando a integralidade entre as diversas modalidades, as desigualdades regionais na cobertura dos serviços e, sempre que possível, com incentivo ao aproveitamento do biogás para a produção de energia;*
- *implementar programas habitacionais de interesse social integrados à malha urbana e urbanizar assentamentos subnormais consolidados;*

- *ampliar a condição satisfatória de bem-estar dos domicílios nas áreas rurais, respeitando a acessibilidade das pessoas idosas e pessoas com deficiência e as peculiaridades locais;*
- *ampliar a oferta de infraestrutura urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social e a recuperação de centros históricos degradados; e*
- *promover políticas públicas que reduzam a exposição da população a áreas de risco.*

Eixo 4: ambiental

Desafio: promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com a mitigação e adaptação à mudança do clima

Para a ampliação da participação das fontes renováveis na matriz energética, as orientações são:

- *estimular o adensamento e a competitividade das cadeias produtivas associadas à produção de energias renováveis;*
- *aproveitar as potencialidades regionais na geração de energia renovável;*
- *aumentar a competitividade dos setores de biocombustível, combustível derivado de resíduos e veículos elétricos/híbridos; e*
- *incentivar a pesquisa, a produção e o uso de combustíveis limpos na matriz energética brasileira.*

Para a redução da intensidade de emissão de GEE e promover a adaptação à mudança do clima nos diversos setores, as orientações são:

- *implementar políticas e medidas de adaptação à mudança do clima para a construção de resiliência e capacidade adaptativa de populações, ecossistemas, infraestrutura e sistemas de produção;*
- *ampliar e fortalecer instrumentos econômicos para a promoção de atividades de baixa emissão de carbono, considerando a inclusão produtiva e social (economia circular);*

- *fortalecer a agricultura de baixa emissão de carbono e promover a sustentabilidade da produção agropecuária e florestal como as principais medidas para o desenvolvimento sustentável na agricultura e a ampliação do acesso a novos mercados; e*
- *promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono, no setor industrial.*

Desafio: assegurar a preservação da biodiversidade, a redução do desmatamento e o uso sustentável dos biomas nacionais

Para a sustentabilidade ambiental, as orientações são:

- *promover a implementação efetiva do Código Florestal e garantir a continuidade do declínio do desmatamento;*
- *impulsionar a recuperação de terras desmatadas/degradadas utilizando tecnologias adaptadas a cada bioma;*
- *reduzir a ameaça de extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável; e*
- *estimular a conservação e o uso sustentável da biodiversidade dos biomas nacionais e ambientes marinhos, dos recursos minerais, hídricos e do potencial energético no território brasileiro.*

Desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente

Para o aproveitamento do potencial econômico do meio ambiente, as orientações são:

- *incentivar atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, propiciando a inclusão social e produtiva das comunidades locais;*
- *fomentar a pesquisa científica e o adensamento da cadeia produtiva da bioeconomia, com foco no desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades da biodiversidade para a utilização como fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros do interesse da indústria;*

- *internalizar as variáveis ambientais na tomada de decisão econômica como incentivo à adoção de modelos sustentáveis de produção e consumo; e*
- *desenvolver o potencial dos negócios ambientais sustentáveis, com ênfase no turismo, no manejo florestal sustentável e na provisão de serviços ecossistêmicos.*

Eixo 5: social

Desafio: ampliar o acesso, a permanência e principalmente a qualidade da educação

Para a melhoria da educação, as orientações são:

- *aprimorar a gestão e a governança da rede pública de educação, os mecanismos de cooperação federativa e regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com orientação para a instituição do Sistema Nacional de Educação, fortalecendo a gestão democrática e definindo melhores critérios de redistribuição de recursos que promovam a melhoria da qualidade da educação e reduzam as desigualdades sociais e regionais;*
- *difundir boas práticas dos municípios e das instituições de ensino que conseguiram dar saltos de qualidade na educação;*
- *implementar uma política nacional de formação inicial e continuada de gestores e técnicos, com foco na prática, valorizando aspectos motivacionais, competências interpessoais e de liderança, articulada à promoção em bases meritocráticas;*
- *promover políticas de formação e valorização dos professores, fortalecendo os planos de carreira e remuneração, melhorando as condições de trabalho e saúde e fornecendo formação inicial e continuada que estimule a articulação entre teoria e prática;*
- *atualizar as bases curriculares e as metodologias de ensino para os desafios atuais e futuros, elevando a qualidade da educação e preparando os estudantes para a vida cidadã e profissional;*
- *ampliar a infraestrutura de conectividade nas escolas e estimular o uso pedagógico de tecnologias digitais na sala de aula e no ensino à distância;*

- *otimizar as redes de educação básica para ampliar o acesso com qualidade à creche e à pré-escola para crianças na primeira infância;*
- *melhorar a qualidade da educação básica, contemplando as condições de oferta do ensino, a gestão e organização do trabalho escolar, bem como o acesso, a permanência e o desempenho do aluno, promovendo a educação em tempo integral e na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da valorização da diversidade e do combate às desigualdades sociais;*
- *amplificar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, em especial para aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social;*
- *reorganizar o sistema de pós-graduação e pesquisa, por meio do estímulo à prática multidisciplinar e vinculação de projetos aos setores social e produtivo; e*
- *estimular o intercâmbio com instituições de ensino no exterior, os projetos conjuntos de pesquisa e as parcerias universitárias, dando incentivo à troca de experiências entre pesquisadores estrangeiros e pesquisadores brasileiros.*

Desafio: melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde

Para a melhoria dos serviços de saúde, as orientações são:

- *adequar os serviços de saúde para atendimento às novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional, com ênfase na promoção do envelhecimento saudável;*
- *rever os atos normativos e aperfeiçoar as estratégias voltadas para a redução da judicialização da área de saúde;*
- *melhorar a competitividade da indústria de saúde, reduzindo a dependência externa, com o desenvolvimento e a produção de vacinas, medicamentos, insumos e equipamentos médicos;*
- *aprimorar a gestão do SUS, avançando na articulação entre os setores público e privado (complementar e suplementar), aperfeiçoando os mecanismos de regulação, aumentando a eficiência do gasto e adequando o seu financiamento às necessidades da população;*
- *integrar as informações de saúde provenientes das redes pública e privada a partir da criação de padrão de dados único e da implantação de prontuário eletrônico pelo SUS, a fim de atender à demanda com equidade e eficiência;*

- *fortalecer a atenção primária, por meio da melhoria da estrutura e da ampliação da cobertura e da qualificação dos profissionais;*
- *fortalecer a cooperação interfederativa e resgatar o papel dos estados na regionalização e organização da rede de atenção;*
- *reforçar as políticas de promoção da saúde e de prevenção de doenças; e*
- *incrementar as políticas de promoção à prática e à cultura de esportes na prevenção e no tratamento de doenças crônicas.*

Desafio: reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo na população jovem e negra

Para a melhoria da segurança pública, as orientações são:

- *fortalecer o enfrentamento ao crime organizado, aos fluxos de sua alimentação, entre os quais o tráfico de mercadorias ilícitas; ao roubo de cargas, transporte de valores e instalações; aos sistemas de fraudes bancárias e lavagem de dinheiro; e à corrupção, por meio da integração entre as polícias federais e estaduais e da intensificação das ações de inteligência policial;*
- *aprimorar o combate à criminalidade, por meio do fortalecimento do monitoramento e da vigilância das fronteiras, da integração dos sistemas de inteligência policial dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;*
- *fortalecer as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TIC pelas instituições de segurança pública;*
- *ampliar, reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, de forma a reduzir o deficit de vagas no sistema, fortalecer a aplicação de medidas alternativas à prisão, combater o crime organizado e tornar menor a reiteração criminosa;*
- *coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal;*
- *fortalecer o enfrentamento ao feminicídio, por meio do reforço às delegacias das mulheres, do policiamento comunitário e de projetos de equidade de gênero;*

- *promover a associação das atividades de segurança pública de natureza policial preventiva e repressiva com programas bem estruturados de prevenção social para reduzir as violências contra crianças e adolescentes e outros grupos vulneráveis;*
- *qualificar a atuação das polícias para operação em confrontos armados, assegurando a proteção e a vida dos cidadãos e cidadãs, independentemente de gênero, cor, raça, idade, renda, origem, orientação sexual e religião;*
- *estabelecer metas objetivas, transparentes e que envolvam todos os Estados e o Distrito Federal, que possam ser monitoradas e avaliadas, de modo que as ações planejadas possam, se necessário, ser repensadas e/ou fortalecidas;*
- *assegurar condições de trabalho dignas aos profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário; e*
- *fortalecer as corregedorias e dar maior transparência aos dados sobre efetivos e uso da força.*

Desafio: reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais

Para políticas públicas de inclusão, as orientações são:

- *aperfeiçoar políticas e mecanismos de apoio aos agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, para desenvolvimento das zonas rurais e da agricultura familiar sustentável;*
- *combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis, especialmente no meio rural;*
- *fortalecer a estrutura de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade com foco em igualdade de oportunidades;*
- *garantir o acesso dos públicos vulneráveis a serviços públicos de qualidade e políticas públicas sociais, de modo a promover a redução das desigualdades sociais e regionais, o empoderamento das comunidades, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável;*
- *promover ações para ampliar o acesso às tecnologias sociais e microfinanças, em especial para as populações mais vulneráveis, de forma a fortalecer o empreendedorismo;*

- *incentivar o acesso e o uso da terra a trabalhadores rurais, de maneira sustentável, garantindo assistência social e produtiva e visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural; e*
- *incentivar o cooperativismo como modo de fortalecimento de pequenos produtores.*

Para o aproveitamento das potencialidades regionais para a geração de renda, as orientações são:

- *induzir ações voltadas à dinamização econômica, fomentando o desenvolvimento endógeno e a inteligência competitiva local, visando à convergência dos indicadores sociais e econômicos entre e intrarregiões brasileiras;*
- *priorizar projetos pautados em sistemas produtivos e inovadores, locais e regionais, ambientalmente sustentáveis e geradores de emprego e renda;*
- *fomentar atividades econômicas com base nas potencialidades regionais e na identidade cultural das regiões;*
- *ampliar o acesso ao microcrédito, com foco nas regiões Norte e Nordeste; e*
- *universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais, propiciando o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida.*

Desafio: consolidar os direitos fundamentais e a cidadania

Para a garantia dos direitos fundamentais, as orientações são:

- *consolidar em todas as políticas públicas o objetivo de concretização dos direitos humanos, com ênfase em públicos vulneráveis (crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, negros, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outros);*
- *promover redes de proteção social às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, com especial atenção à população idosa;*

- *fortalecer os mecanismos de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil e de acesso ao trabalho decente para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;*
- *promover o fortalecimento e a integração das políticas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas;*
- *promover a igualdade de oportunidade de grupos sociais vulnerabilizados; e*
- *promover a igualdade de gênero e étnico-racial e a superação do racismo e de todas as formas de preconceito, o respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais e as liberdades individuais, abrangendo inclusive os ambientes virtuais.*

Para o fortalecimento da cidadania, as orientações são:

- *melhorar a governança dos programas e serviços especializados de atendimento e assistência social a públicos vulneráveis em situação de violência ou restrição de direitos;*
- *ampliar e qualificar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita; e*
- *aumentar a eficiência do Poder Judiciário e democratizar seu acesso, fomentando os sistemas de resolução de conflitos extrajudiciais.*

6.2

Riscos e medidas mitigadoras

O quadro 2 apresenta os riscos identificados à implementação da Estratégia Nacional e suas respectivas medidas mitigadoras.

QUADRO 2

Riscos e medidas mitigadoras

Riscos	Medidas mitigadoras
Incapacidade para construir a governabilidade necessária para aprovar e colocar em prática medidas primordiais à consolidação de um equilíbrio fiscal.	▪ ampliar o debate público sobre a necessidade de realização de reformas estruturais (tributária, previdenciária e administrativa), de forma a obter o apoio da população; ▪ aumentar a efetividade do Estado, por meio da constante revisão e avaliação das políticas públicas e dos gastos tributários; e ▪ estimular o aumento da produtividade com vistas a sustentar o crescimento econômico, com impactos positivos na arrecadação de recursos e na redução do deficit público.
Reduzida atração de investimentos privados.	▪ aprimorar os modelos de concessão da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura; ▪ estruturar os marcos regulatórios setoriais que forneçam segurança econômica e jurídica aos investidores e ao setor público; ▪ diversificar as fontes de financiamento dos empreendimentos; e ▪ selecionar os investimentos públicos, a fim de evitar a pulverização dos recursos e descontinuidade das obras.
Incorporação de forma defasada dos avanços tecnológicos oriundos de TIC, indústria 4.0 e bioeconomia.	▪ promover uma abertura comercial que aumente a competitividade, de forma a incentivar a concorrência e o aumento da produtividade da indústria nacional; ▪ remover obstáculos e reduzir os custos à importação tecnológica; ▪ construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado; e ▪ aprimorar os mecanismos de financiamento em P&D.
Desequilíbrio entre os avanços econômicos, sociais e ambientais.	▪ aprimorar o sistema tributário, de forma a torná-lo mais progressivo, menos burocrático, e concorrencialmente neutro dentro dos setores; ▪ melhorar os sistemas públicos de previdência, assistência e seguridade social, para ampliar seu impacto na redução das desigualdades sociais; e ▪ aumentar a qualidade e a abrangência dos sistemas de saúde e educação, reduzindo o gap existente no acesso a esses serviços dentro da sociedade brasileira.

Riscos	Medidas mitigadoras
Manutenção das estruturas do crime organizado, apesar das ações de segurança pública.	▪ fomentar as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TIC pelas instituições de segurança pública, com o devido respaldo à privacidade; ▪ fortalecer o serviço de inteligência policial por meio da integração dos sistemas dos entes federados e da maior coordenação de suas ações; ▪ reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, de forma a combater o crime organizado e reduzir a reiteração criminosa; e ▪ coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal.
Ampliação dos fluxos migratórios em decorrência de mudanças climáticas intensas, desastres naturais, guerras nacionais e regionais e crises econômicas nos países latino-americanos.	▪ otimizar o processo de interiorização dos imigrantes, evitando a penalização dos estados fronteiriços; e ▪ desenvolver uma política de imigração que promova o acolhimento e a integração do imigrante à sociedade brasileira.
Degradação ambiental e a maior frequência de eventos climáticos extremos (seca e chuva) gerar o aumento da gravidade das crises hídricas.	▪ precificar adequadamente a água, de forma que seu custo passe a indicar sua escassez relativa, incentivando o uso racional, permitindo o financiamento do setor e preservando sua função social; ▪ implementar boas práticas de uso de água e solo e revitalizar as bacias hidrográficas; ▪ adotar medidas de certificação de emissões de gases e de precificação de carbono e tributos verdes capazes de gerar benefícios econômicos e sociais, além de reduzir a poluição; ▪ estimular a utilização de água de reúso; ▪ investir na ampliação e modernização de infraestruturas hídricas; e ▪ incentivar a restauração de matas ciliares, o tratamento de resíduos e melhores práticas agrícolas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia Nacional deve ser compreendida como um planejamento de longo prazo que apresenta questões macro para o desenvolvimento nacional e que deve ser traduzida pelos governantes eleitos em programas, projetos e ações a serem executadas durante seus respectivos mandatos. Para manter esse caráter orientador, o planejamento de longo prazo precisa ser fruto de um amplo debate entre o poder público, em seus três níveis, a sociedade civil e os setores empresarial e político.

Na busca de um consenso mínimo em torno do caminho que o país deve perseguir nos próximos doze anos, o processo de elaboração deste documento compreendeu rodadas de reuniões com os órgãos do Poder Executivo Federal, apresentações e debates em fóruns de representação da sociedade civil e uma consulta pública para a manifestação de toda a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da democracia participativa e para a construção de uma visão comum de país.

A expectativa é que o governo, em especial os ministérios setoriais, se apropriem do relatório e reflitam sobre suas diretrizes, desafios e orientações, nos próximos PPA, principal documento de planejamento nacional para o médio prazo. Dessa forma, espera-se que a Estratégia Nacional oriente a elaboração das leis orçamentárias anuais e os planos nacionais, setoriais e regionais.

Por fim, o monitoramento da Estratégia Nacional será focado na evolução dos indicadores e no alcance dos desafios de cada eixo. Para isto, sugere-se que estes atributos integrem a dimensão estratégica do PPA, a partir do qual serão monitorados anualmente. Desta forma, sua gestão opta por aproveitar estruturas de planejamento, monitoramento e avaliação existentes na administração, trabalhando na busca de informações complementares.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

